

EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EJA NO BRASIL

EDUCATION: SOME CONSIDERATIONS REGARDING EJA IN BRAZIL

Maria Aparecida Lima Silva

Especialista em Educação de Jovens e Adultos pelo IFBA. Especialista em Supervisão Escolar pela UFRJ. Graduada em Pedagogia pela FEBA. Servidora Técnico-Administrativa da UFRB. E-mail:mals@ufrb.edu.br

Resumo

Durante quase 500 anos de história, houve desvalorização da nossa própria língua, nossos costumes, tradições e nossas competências. Proporcionalmente às lutas, as pessoas passam a ver o mundo com mais clareza, aprendendo que o Estado também tem que garantir melhorias de vida. Os desafios são crescentes, tendo em vista que a situação muda e, logicamente, os homens também, mas sem o direito da educação, o preconceito e a discriminação continuam vigentes em nossa sociedade, divididas em classes. A educação deve ser pensada para a formação de todos, onde educador e educando fazem parte do mesmo coletivo pedagógico. A escola, diante das exigências desse mundo moderno, tem que se adequar à realidade, através do seu projeto político-pedagógico, considerando a concepção de mundo, as formas de aprender, os interesses e as necessidades da população, permitindo que seus educandos usufruam de seus direitos e participem ativamente da vida. A educação de jovens e adultos não é diferente, é baseada na aprendizagem, valorizando o lado humano, a solidariedade e a ética. Com Paulo Freire surgiu a ideia de valorização do indivíduo, pois ele é produtor de cultura e saberes. Método onde o homem desenvolvia a capacidade de pensar, através da conscientização e do diálogo. Infelizmente, as políticas públicas ainda não foram suficientes e/ou eficientes para erradicar o analfabetismo adulto.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos, analfabetismo, discriminação.

Abstract

During almost 500 years of history, there was depreciation of our own language, customs, traditions and skills. In proportion to their struggle, people start to see the world more clearly, learning that the State also has to guarantee improvements in life. The challenges are growing, considering that situation changes and, logically, so does men, but without the right of education, the prejudice and discrimination continue acting on our society, which is class-divided. The education must be thought to the formation of every single one, where educator and learner are part of the same pedagogical collective group. The school, facing the demand of this modern world, has to be adapted to this reality, through its political-pedagogical project, considering the conception of world, the ways of learning, the interests and needs of the population, allowing the learners to enjoy their right of being an active part of life. The education for young and adults isn't different; it's based on learning, emphasizing human values, solidarity and ethic. With Paulo Freire, came up the idea of appreciation of the individual as he is the producer of culture and knowledge. Method by which, men developed the ability to think through awareness and dialogue. Unfortunately, the public policies were not enough and/or effective yet to eradicate the adult illiteracy.

Key-words: Education for young and adults, illiteracy, discrimination.

Fazendo parte da América Latina, juntamente com países em que a taxa de analfabetismo está abaixo de 5%, como a Argentina, Chile, Costa Rica e Cuba, o Brasil não conseguiu erradicar o analfabetismo. De acordo com as estatísticas, encontra-se no nono lugar, com uma taxa de 11,1%, perdendo para o Haiti, Nicarágua, Guatemala, Honduras, El Salvador, República Dominicana, Bolívia e Jamaica, de acordo com as pesquisas realizadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1996.

Aos poucos, sua taxa de analfabetismo vai reduzindo, não em proporções satisfatórias, porque a erradicação do analfabetismo passa por interesses políticos e sociais. A falta de atenção integral às crianças, em seus primeiros anos de estudos, como também o descaso com a educação dos analfabetos jovens, adultos e idosos colabora para que o nosso país permaneça sempre neste patamar diante das estatísticas.

De certa forma, é compreensível a situação do Brasil em relação à educação, considerando que, durante quase 500 anos de história, houve desvalorização da nossa própria língua, nossos costumes, tradições e nossas competências, porque, desde os primeiros anos de colonização, recebemos e acolhemos o que veio de fora, o que não era nosso, por falta de organização e conhecimento da população, aceitando os ensinamentos e considerando o que era o melhor.

Possibilidades foram deixadas para trás por que a subserviência do nosso povo, por muito tempo, garantia a acomodação dos dominadores, em que tanto a riqueza quanto a renda servia de base àqueles que aproveitavam a falta de uma sociedade civil organizada, que lutasse pelos direitos do povo. Nesta perspectiva, por muitos anos a população pobre viveu como escravo, sem o direito de reivindicação, como também sem condições de melhorias de salários compatíveis com o trabalho.

Situação que, aos poucos, foi se modificando, porque a sociedade civil organizada, através de associações, imprensa e partidos políticos, começa a aparecer. As reivindicações começam a ser atendidas, mesmo que em parte, inclusive, com a permissão das elites, cujo receio era a perda de comando da situação. Proporcionalmente às lutas, os operários passam a ver o mundo com mais clareza, aprendendo que o Estado também tem que proporcionar melhorias de vida, sendo, inclusive, de sua responsabilidade a alimentação, saúde, transporte e escola para todos.

Infelizmente, a realidade não condiz com a situação ideal, continuando a população pobre e carente nas favelas e uma quantidade

enorme de analfabetos entre as crianças, os jovens, os adultos e os idosos.

O desenvolvimento educacional do Brasil está lento em relação a alguns países da América Latina, no entanto somos conhecedores da existência de possibilidades para diminuir o analfabetismo, com base no direito igualitário para todos, na realidade da reforma agrária e na valorização do indivíduo. Os desafios são crescentes, tendo em vista que a situação muda e, logicamente, os homens também, mas sem o direito da educação, o preconceito e a discriminação continuam vigentes em nossa sociedade, divididas em classes.

Atualmente, acompanhando as pesquisas e as publicações referentes à Educação de Jovens e Adultos, sentimos que houve mudanças positivas e negativas no desenrolar da história, desde os tempos coloniais e, mesmo assim, errando e acertando, ainda, nos deparamos com uma grande quantidade de analfabetos no Brasil, espalhados pelas instituições públicas, construção civil, agricultura, pelos quatro cantos deste país, trabalhando nas zonas rural e urbana.

92

Os dados nos mostram que o Brasil tem muito a fazer para a erradicação do analfabetismo, também, através de políticas públicas competentes e o comprometimento dos brasileiros, senão o país continuará a manter um percentual alto de analfabetos. De acordo com o Censo 2000/IBGE, a população analfabeta é de 119.533 milhões, tendo 16.294 milhões com idade de 15 anos ou mais, atingindo uma taxa de analfabetismo de 13,63%. Já, em 1991, nove anos antes, a população analfabeta era de 94.891 milhões, chegando a um quantitativo de 18.682 milhões de analfabetos com idade de 15 anos ou mais, atingindo uma taxa de 19,7%. Chegam a 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, com idade acima dos 15 anos, que freqüentaram uma escola, mas não sabem ler e escrever, não atingindo o ensino fundamental, nível de escolaridade obrigatório pela Constituição.

Ainda de acordo com o censo 2000, a população total do Brasil é de 169.799.170 habitantes, sendo 50,78% de mulheres e 49,22% de homens. O analfabetismo entre as mulheres é praticamente o mesmo entre os homens, mas as mulheres ocupam a maior parte das matrículas nos diferentes níveis de ensino, com destaque no nível superior.

O bom é que já percebemos que a população analfabeta está sendo estimulada pelos poderes públicos, órgãos não-governamentais, agremiações e igrejas a saírem do anonimato e, realmente, se declararem indivíduos capazes de pensar, criticar, progredir e criar.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

Esta observação faz lembrar que a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou "vacionado" apenas para tarefas e funções "desqualificadas" nos segmentos do mercado. Muitos destes jovens e adultos dentro da pluralidade e diversidade de regiões do país, dentro dos mais diferentes estratos sociais, desenvolveram uma rica cultura baseada na oralidade da qual nos dão prova, entre muitos outros, a literatura de cordel, o teatro popular, o cancionário regional, os repentistas, as festas populares, as festas religiosas e os registros de memória das culturas afro-brasileiras e indígena (Parecer CNE/CEB 11/2000, p. 5)

Ainda sentimos o preconceito por parte daqueles que se acham inteligentes e poderosos, dominando os outros através de palavras bonitas e rebuscadas, aproveitando-se da falta de oportunidades em relação aos que não possuem o aprendizado formal da leitura e da escrita e, ignorando a capacidade que tem o indivíduo, o que é mostrado dentro da sua comunidade através de ações e práticas comuns que consubstanciam o dia-a-dia deles e dos demais.

Infelizmente, esses percalços são reais, ainda mais quando se trata de analfabeto pobre, negro e do sexo feminino, onde é visto o preconceito triplo que é a desvalorização de sua capacidade intelectual, racial e de gênero, não abrindo espaço, ou melhor, barrando o avanço mental e destruindo a sua auto-estima, perdendo a oportunidade para que possa se desenvolver, formar e constituir os conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendem os espaços formais da escolaridade e conduzem à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito.

A nossa realidade histórica passa por muitas dívidas no que se refere à discriminação e ao preconceito com base em origem, sexo, raça, cor, idade, religião, entre outros. É o que estamos vivenciando atualmente com relação às cotas nas universidades, à educação de jovens e adultos, etc. Este processo de reparação inclui o ingresso à escola, que deve ser democrática, pois está assentada no princípio da igualdade e da liberda-

de para todos. Mas, na realidade, isto não acontece, porque "a educação nega, no cotidiano, o que se afirma na Lei: não há igualdade entre os brasileiros e a educação consolida a estrutura classista que pesa sobre nós; não há nela nem a consciência nem o fortalecimento dos nossos verdadeiros valores culturais." (BRANDÃO, 2006, p. 56).

A educação deve ser pensada como um saber que se transfere entre os homens, através das relações interpessoais e afetivas, sem, necessariamente, adentrar às escolas, cuja maioria tem o propósito de moldar os indivíduos. A ideia de educar nos remete ao homem livre com seu próprio saber e consciente de sua identidade, ou seja, um cidadão que participa ativamente da sociedade em que vive, com liberdade de pensamentos e ações.

Não devemos descartar a escola, mas, enquanto pudermos estabelecer fortes ligações entre ela e a realidade, o saber será transmitido por todos, sem hierarquia, pois o compartilhamento dos tipos de saber aproxima as pessoas e legitima uma sociedade unida. Não que este tipo de procedimento não aconteça na escola, mas não é a realidade da maioria das escolas brasileiras, considerando que somos educados para a disputa, para concorrer com o colega quando acontecem os concursos para empregos, vestibulares, etc. Esta disputa é acirrada pelo sistema de ensino, cuja interpretação de educação é formar para a competitividade. Infelizmente, esquecemos ou não temos noção da origem da palavra escola, que era o local onde os gregos se reuniam para pensar e refletir, favorecendo ao ócio criativo. Hoje, a maioria das escolas tornou-se um lugar desagradável, onde só há transmissão de conteúdos que visam apenas a formação do alunado para o trabalho e para o lucro.

A educação deve ser pensada para a formação de todos, onde educador e educando fazem parte do mesmo coletivo pedagógico, tomando por base a nossa realidade e o ideal que consta na legislação está muito distante de se concretizar, tendo em vista que as escolas continuam reproduzindo educação diferenciada e reforçando as diferenças e as classes sociais.

Através das políticas públicas, os Governos vêm incentivando os programas de educação para jovens e adultos, o que não é coisa nova, mas tomou um impulso, a partir da Constituição de 1934 que reconheceu, pela primeira vez em caráter nacional, que a educação deve ser um direito de todos, sendo ministrada pela família e pelos poderes públicos, onde não basta assegurar matrículas no sistema público de ensino, mas garantir uma educação de qualidade, onde a formação do educador é fundamental, além

de ampliar as oportunidades de acesso, investimento na formação de professores, consolidação de uma política pública com planejamento específico, metas definidas e recursos compatíveis ao seu alcance.

A educação de jovens e adultos não é baseada em conteúdos intelectuais, e, sim, na aprendizagem, valorizando o lado humano, a solidariedade e a ética. Afinal, o homem é um ser histórico, que está inserido num permanente movimento de procura e que faz e refaz constantemente o seu saber.

Pensar em Educação de Jovens e Adultos, é lembrar uma educação humanista, que é libertadora, comunicativa, em que o sujeito, através da conscientização, enfrenta a sua realidade de forma crítica, através do diálogo, no qual se fundamenta o conhecimento, que é uma busca constante de libertação com que educadores e educandos mantêm uma relação, na qual "a tarefa do educador é problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele, de dá-lo, de estendê-lo, de entregá-lo, como se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado." (FREIRE, 1983, p. 81)

Sem diálogo, não há comunicação, conseqüentemente não haverá uma educação verdadeira. O educador humanista trabalha na linha dialógica, reconhecendo o ser humano, como indivíduo, cidadão. O conteúdo programático da educação deve ser construído juntamente com os seus parceiros, que são os educandos, de forma a valorizar sua existência, a trabalhar os seus problemas e desafiá-lo, para que possam fortalecer suas ações, no campo intelectual e político.

Assim, é inconcebível, nos dias atuais, uma "educação bancária", termo freiriano, que significa um discurso alienado e alienante do educador, sem o conhecimento da realidade do educando, sem a comunicação eficiente, sem o respeito pela vivência do outro. Daí a necessidade de uma formação para o educador, principalmente o de jovens e adultos, em que os envolvidos não são papéis em branco, têm suas vivências e experiências que podem ser aproveitadas e estudadas, sua visão de mundo, sugestões e considerações.

Paulo Freire destaca nessa concepção "bancária" as seguintes características:

- a) O educador é o que educa; os educadores, os que são educados;
- b) o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem;
- c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados;
- d) o

educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; f) o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos, os que seguem a prescrição; g) o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador; h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele; i) o educador identifica autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos. (1987, p. 59)

Na realidade, temos consciência de que não basta a formação do educador estar assegurada pela Lei 9394/96, é importante que este profissional tenha uma interação empática com o educando, estabelecendo o exercício do diálogo, buscando um laço de amizade, uma construção pedagógica, com o propósito de atender a esta modalidade de educação. Afinal de contas, está se lidando com jovens, adultos e idosos que se encontram em faixas etárias próximas à do docente. Em seu Art. 61, diz: "a formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando..."

Quando a maior parte dos jovens, adultos e idosos procura uma escola é porque existe uma motivação, ele está buscando dar um significado social para a sua vida, um encontro consigo mesmo, uma auto-realização. Não que a função dessa escola seja a de suprir esta carência, mas é um caminho para que estes alunos possam se encontrar no mundo, diante das exigências sociais, políticas e tecnológicas que enfrentamos.

A escola, diante das exigências desse mundo moderno, tem que se adequar à realidade, através do seu projeto político-pedagógico, considerando a concepção de mundo, as formas de aprender, os interesses e as necessidades da população, permitindo que seus educandos usufruam de seus direitos e participem ativamente da vida. Só assim, a relação entre educação escolar e trabalho torna-se verdadeira, não existindo apenas na legislação.

No início do processo de colonização do Brasil, os povos foram domesticados pelos portugueses e missionários que utilizavam de recursos como a violência física ou simbólica para educar os nativos que, como diziam eles, não tinham cultura. Eram povos que se comunicavam muito

bem entre eles, com sua própria cultura, sua língua e que foram aculturados, tendo em vista o processo de dominação que, com o passar do tempo, era exercido sobre eles. Não precisavam de escritas, pois, através da oralidade, os conhecimentos eram passados de geração a geração. Os indígenas foram catequizados pelos jesuítas que lhes ensinavam a catequese, alguns ofícios necessários à economia colonial, constando de trabalhos manuais, ensino agrícola e, muito raramente, leitura e escrita, ao tempo em que aprendiam a sua cultura, porque precisavam entendê-los até como forma de poder e domínio.

Mas, os projetos educativos dos jesuítas eram voltados para a formação de religiosos; nos colégios, estudavam os filhos da elite da colônia que, se não quisessem se tornar padres, completariam mais tarde sua formação na Europa.

A educação no Brasil estava voltada para os filhos da elite que precisavam completar a sua formação na Europa para que pudessem manter a hegemonia cultural e política no retorno ao Brasil, garantindo ao poder o domínio sob as classes trabalhadoras. Tanto que, mesmo com a expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal, em 1759, as mudanças foram pequenas porque os poucos intelectuais que estavam a serviço do Estado e, mesmo, pensando contraditoriamente, sentiam-se presos às amarras da sociedade, inclusive financeiramente. Era uma maneira de se manterem ociosos intelectualmente. As prendas e os cargos no serviço público eram "presentes" oferecidos a estes intelectuais como forma de cooptação, disfarçando a sua condição pelo status em que se apresentavam, acentuando o caráter ornamental da cultura dominante da época. Servindo ao Estado estes intelectuais não tinham independência, por que, à época, precisavam manter o seu desenvolvimento cultural e intelectual no país, o que, sem recursos, não o conseguiriam. Assim, dependentes de uma situação, pelo estado de cooptação, estavam ligados a proprietários influentes, pois o prestígio e o status elevado na condição de intelectual, favorecia à cultura dominante da época.

O estado de cooptação separava os intelectuais da população, mas as idéias dominantes eram acatadas pela maioria das pessoas. Não há como negar que a herança permanece até hoje, com certa modernidade e individualidade, mas as decisões permanecem de cima para baixo, ou seja, dos intelectuais para o povo.

Com relação a estes intelectuais, chamados por Carlos Nelson Coutinho de "intelectual orgânico", relata:

A posse da cultura era um meio de distinção para homens livres mas não proprietários, que não queriam se dedicar a um trabalho efetivo, já que o trabalho era marcado pelo estigma da condição escrava. Ser intelectual era ser ocioso; precisamente na possibilidade de desfrutar desse ócio é que residia o traço de distinção, o status superior do intelectual. (2000, p. 24)

Após a primeira Guerra Mundial (1914-1918) o Brasil passa a ter influências dos Estados Unidos, surgindo a imprensa, o cinema, a literatura, as relações comerciais, etc. Em relação à educação, houve a abertura de escolas, mas ainda não era o principal, considerando a necessidade de alterar a pedagogia, a arquitetura escolar, a relação ensino-aprendizagem, a forma de administrar as escolas, as formas de avaliação e a psicopedagogia.

Mas, já se tinha uma liberdade de leitura, com os intelectuais interessados em educação conhecendo o filósofo e pedagogo norte-americano, John Dewey (1859-1952), defensor da Escola Ativa, que propunha a aprendizagem através da atividade pessoal do aluno, onde os princípios da iniciativa, originalidade e cooperação liberavam as suas potencialidades rumo a uma ordem social que, em vez de ser mudada, deveria ser progressivamente aperfeiçoada. Estes jovens intelectuais, em meados da década de 1920, a exemplo de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão já escreviam sobre o escolanovismo, influenciando nas reformas estaduais de educação.

Com o passar do tempo, os intelectuais vão mudando de atitude, no sentido de não estarem totalmente cooptados pelos poderes do Estado, passando a ter independência em suas atitudes, inclusive participando com a população, agora já mais organizada, das decisões que ainda insistiam vir dos poderosos. Mesmo com influência exterior, já se sentiam atitudes que pudessem contrapor às expostas pela máquina administrativa. Através do Decreto nº 16782/A de 13/01/1925, surgiram as escolas noturnas voltadas para os adultos, que a União pagava parcialmente o salário dos professores e o Estado bancava o restante, oferecendo residência, escola e material didático.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932 e redigido por Fernando de Azevedo, tornou-se um clássico na literatura pedagógica da história e filosofia da educação brasileira, porque foi o primeiro grande resultado político e doutrinário de 10 anos de luta da Associação Brasileira da educação (ABE) em favor de um Plano Nacional

de Educação, conforme descreve Paulo Ghiraldelli Jr., em seu livro *História da Educação Brasileira*. O texto, entre outras coisas, fala da sucessão periódica de reformas parciais do governo, lançadas sem solidez e sem uma visão global do problema. Chama a atenção que a educação varia em função de uma concepção de vida, de época e de sociedade e que não deve servir aos interesses de classes e, sim, aos interesses dos indivíduos. Estabelece dois tipos de escolas: a tradicional, voltada para os interesses classistas; e a socializada que era pautada nos princípios biológicos, onde o indivíduo teria o direito de ser educado até onde fossem permitidas suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social.

O Plano Nacional de Educação não chegou a ser votado por causa do golpe que instituiu o Estado Novo. Ele continha uma parte voltada ao ensino supletivo, destinado a adolescentes e adultos analfabetos. A Constituição, outorgada em 1937, proibiu o trabalho de menores de 14 anos durante o dia e os menores de 16 anos durante a noite, abrindo espaço para a organização do SENAI e SENAC, com o objetivo de preparar os aprendizes menores para se inserirem nas indústrias e nos cursos de formação continuada para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem. Inclusive eram incentivados pelo recebimento de um salário para estudar e iniciar treinamento nas próprias empresas, o que tornou essas instituições mais atrativas para os setores mais pobres da população.

A Constituição de 1934 durou apenas três anos e, com um golpe, Getúlio Vargas inicia um novo regime denominado de "Estado Novo". Em 1937, tivemos outra Constituição feita por um homem só, Francisco Campos, que organizou o ensino superior e o ensino secundário, implantando definitivamente o regime de séries adotado na reforma de 1931 com a aplicação de exames, provas e passagens para a série seguinte.

No campo da política educacional, houve uma modificação na legislação em comparação à legislação de 1934, onde o Estado abriu mão da responsabilidade com educação pública, maculando a gratuidade do ensino, instituindo-se a escola pública paga e a "caixa escolar", onde os mais ricos financiariam a educação dos mais pobres. Logo, o Estado ficou desobrigado a manter e expandir o ensino público.

Ora, claramente vemos o dualismo educacional em que os ricos proveriam seus estudos, através do sistema público ou particular, e os pobres, sem usufruir desse sistema, deveriam ter como destino as escolas profissionais ou, se quisessem insistir em se manter em escolas propedêuticas a um grau mais elevado teriam de contar com a boa vontade

de dos ricos para com as "caixas escolares", que funcionavam como um fundo assistencial para prover os mais pobres de uniforme e de material escolar.

Cristalizando a divisão entre pobre e rico, o ensino profissionalizante às classes menos favorecidas, surgiu, aparentemente, como forma de incentivo, mas, politicamente, era uma maneira de manter a mão-de-obra mais qualificada, com o fito de sair do atraso em que se encontrava e auxiliar no processo de desenvolvimento do país.

Sempre com pensamento elitista e conservador, mas, por outro lado, determinando certo avanço, fizeram-se ajustes legais, sendo decretadas as Leis Orgânicas, chamadas de Reforma Capanema, cujo Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema, do Governo de Getúlio Vargas, dividiu o ensino em dois ciclos: o básico, que compreendia o curso de mestria de dois anos e o segundo ciclo, que se destinava à formação de técnicos industriais, cujo objetivo era a formação de mão-de-obra necessária ao atual momento do país, ou seja, o mercado de trabalho precisava de trabalhadores e não de intelectuais.

100 Mas, o número de trabalhadores analfabetos continuava e estava atrapalhando o desenvolvimento industrial, por isso sugeriram as campanhas com o objetivo de erradicar o analfabetismo, mas os argumentos didáticos e pedagógicos tinham como ênfase a educação das crianças, não obtendo êxito por muito tempo. O analfabetismo, por volta dos anos 50, era considerando uma doença e várias iniciativas, simultâneas às do Governo Federal, foram desenvolvidas nas Igrejas, Associações, Sindicatos, etc., a exemplo da Campanha de Educação de Adolescentes e o I Congresso de Educação de Adultos - EDA promovido pelo Governo de Eurico Gaspar Dutra (1947) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo do Governo de Juscelino Kubitschek (1958).

Com a realização do 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958, com a participação de Paulo Freire, surgiu a idéia de que a organização dos cursos deveria se basear na realidade dos alunos, sendo o trabalho educativo direcionado para o homem e partindo da concepção de que este indivíduo é produtor de cultura e saberes, não podendo mais ser visto como uma pessoa ignorante. Em conseqüência, surgiu o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire, mas que só durou um ano, por causa do golpe de Estado, em 1964.

Naquele período, Paulo Freire não possuía nenhuma atitude paternalista em relação ao analfabeto; utilizava um método onde o homem desenvolvia a capacidade de pensar, através da conscientização e

do diálogo, e que o desenvolvimento humano representava, às classes abastadas, um perigo constante, pois dominar aquele que tem uma consciência crítica da realidade é bem mais difícil.

A Cruzada ABC (1965 / 1967) e depois o MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado através da Lei 5.379/67, tinha o objetivo de erradicar o analfabetismo e propiciar uma educação continuada para adolescentes e adultos. Neste período de ditadura militar, foram recrutadas pessoas para alfabetizar sem nenhum preparo, pensando-se que qualquer um que soubesse ler e escrever poderia ensinar. Até hoje, nas escolas, são recrutados profissionais para o exercício do magistério, por ter uma prática na área, mesmo sem uma disponibilidade docente e um compromisso com o educando. Finalmente, mesmo com muitos recursos o MOBREAL passou a ser criticado, pois não garantia a continuidade dos estudos, deixando os adultos sem uma continuidade, até desaprendendo a ler e a escrever.

A cada governo continuavam as tentativas para a erradicação do analfabetismo. Os resultados, no entanto, não eram satisfatórios. Destaque-se no período a criação da Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos, no Governo de José Sarney (1985) e logo depois, em 1990, no Governo de Fernando Collor de Mello, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, é proposto o Programa de Alfabetização solidária que adotou a campanha "Adote um analfabeto", reforçando a imagem de que o indivíduo que não é alfabetizado precisa de ajuda e é incapaz. Os resultados foram poucos significativos e, logo depois, foi criado o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que tinha o objetivo de atender às populações em processo de alfabetização nas áreas de assentamento, utilizando metodologias específicas para o campo que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável no Brasil.

O primeiro marco da educação de jovens e adultos, em âmbito internacional, foi a Declaração de Educação Básica para Todos – crianças, jovens e adultos, de Jomtien, na Tailândia, em 1990, seguida da V Conferência de Educação de Adultos – CONFITEA, em 1997, em Hamburgo, Alemanha.

Depois da Declaração de Hamburgo, passaram a configurar duas vertentes sobre a Educação de Jovens e Adultos – EJA, sendo a escolarização, independente de idade, porque a educação passou a ser vista como direito humano fundamental e, a segunda, a educação conti-

nuada, que possibilita o aprender por toda a vida, independente da educação formal.

Infelizmente, as políticas públicas ainda não foram suficientes e/ou eficientes para erradicar o analfabetismo adulto, pois:

nenhuma perspectiva de alfabetização ou de escolarização daqueles que não conseguiram passar pela escola se fará suficiente enquanto não se garantirem para as pessoas as condições de exercer a cidadania. Questões éticas, de gênero, ambientais e de qualidade de vida, de trabalho e de dignidade profissional além do comportamento ético são urgentes e demandam intervenções imediatas (PAIVA, 2004, p. 40)

Na década de 90, a inexistência de política pública revela quão pouco se avançou na educação de jovens e adultos. As ações foram fragmentadas e sem dotação orçamentária específica. Por outro lado, a sociedade civil forçou a efetivação de programas da educação de jovens e adultos, pressionando as várias instâncias governamentais, atendendo parcialmente às demandas existentes.

Considerado uma das prioridades do Governo Lula, foi lançada a alfabetização de jovens e adultos, a partir de 2003, dentro do Programa Brasil Alfabetizado. Com isso cresceu a preocupação e a destinação de verbas para os municípios com vista à continuidade dos estudos, sem o que todo esforço de alfabetização é insuficiente.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 20).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11/2000 e Resolução nº 01, de 05/07/2000. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de Jovens e Adultos*. Brasília – MEC. 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2ª ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 8ª ed. Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1987.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez. 2006.

PAIVA, Jane. *Educação de Jovens e Adultos: questões atuais em cenário de mudanças*. In: Educação de Jovens e Adultos. OLIVEIRA, Inês B.; PAIVA, Jane (Orgs). Rio de Janeiro: DP&A. 2004.

Enviado para publicação: 25.10.2010

Aceito para publicação: 15.01.2011